

Instituto Socioambiental

fonte: JB class.: 234

data: 20/5/95 pg.: 5

Governo não tem política para direitos

BRÁSILIA — O ministro da Justiça, Nelson Jobim, disse ontem que o governo não vai embarcar em projetos demagógicos para enfrentar a questão dos direitos humanos no país. Por isso, acrescentou, está analisando com cuidado as alternativas para o caso dos desaparecidos políticos, a situação dos índios, o sistema penal e a possibilidade de remeter para a Justiça federal os crimes que envolvem violação dos direitos humanos. “O governo não se compromete com projetos que tenham um viés meramente retórico, mas somente com aqueles factíveis”, afirmou Jobim aos participantes do Fórum das Comissões de Direitos Humanos, realizado na Câmara dos Deputados.

O ministro disse que o seu ministério está analisando o texto do deputado Nilmário Miranda (PT-MG), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que propõe que o governo brasileiro — a exemplo do que acontece no Chile e na Argentina — pague indenização às famílias dos presos políticos desaparecidos durante a ditadura militar.

“É importante discutirmos o conceito de desaparecidos políticos, um pré-requisito para que o trabalho não seja depois explorado politicamente”, afirmou Jobim.

O deputado Nilmário Miranda fez um relato dos dois dias do trabalho do Fórum, que levantou situações de desrespeito aos direitos humanos em diversos estados. Ele destacou os suicídios de índios Guarani/Kaiowá, no Mato Grosso do Sul — só este ano, 14 índios que trabalham sem salário em destilarias se suicidaram. Os participantes do encontro chamaram atenção para a prostituição de adolescentes, especialmente nos estados do nordeste onde existe o *turismo sexual*, para a violência envolvendo conflitos de terra no meio rural e áreas urbanas, roubo de cargas, violência nos estádios e crimes no trânsito.